

02070.011237/2018-55

Número Sei:4745592

Ministério do Meio Ambiente

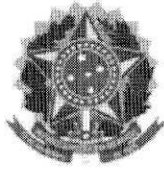
Recebido/CGGA/SEPRO

Data: 15/03/19

Camilo Siqueira

Rubrica

15:43



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA
BIODIVERSIDADE

EQSW 103/104, Bloco "D", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste - Bairro Setor Sudoeste -
Brasília/DF - CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9055/9394

Ofício SEI nº 40/2019-DIBIO/ICMBio

Brasília, 14 de março de 2019

Ao Senhor

FERNANDO MAFRA PELANDA

Chefe de Gabinete do Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar

70068-900 - Brasília - DF

Assunto: Proposta de Acordo de Cooperação entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Fundo Brasileiro para o Biodiversidade - FUNBIO.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02070.011237/2018-55.

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Encaminhamos, para análise e providências pertinentes, os seguinte documentos relativos à proposta do Acordo de Cooperação entre este ICMBio e o FUNBio, com a interveniência da União, Representada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Biodiversidade, e que tem por finalidade explicitar as atribuições e responsabilidades das partes para implementação do projeto "Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-TERRESTRE)".

- Minuta do Acordo de Cooperação;
- Plano de Trabalho do Acordo;
- Documentos do Presidente do ICMBio; e
- Cópia do CNPJ do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

2. Por último, destacamos que este Instituto possui interesse na celebração do

Acordo em questão.

Atenciosamente,

RÉGIS PINTO DE LIMA

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **REGIS PINTO DE LIMA, Diretor(a)**, em 15/03/2019, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **4745592** e o código CRC **36A10E52**.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/2019
QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO
CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE – ICMBIO E O FUNDO
BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE,
VISANDO EXPLICITAR AS ATRIBUIÇÕES E
RESPONSABILIDADES DAS PARTES PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO,
RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A
BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E
PANTANAL (GEF-TERRESTRE)”, COM A
INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO,
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE.**

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, Autarquia Federal, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.829.974/0001-94, vinculado ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, com sede na EQSW Complexo Administrativo Sudoeste 103/104, nº 1, Bloco C, subsolo, Torre 4, Sudoeste, Brasília/DF, CEP 70.670-350 e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante simplesmente denominado **Donatário ou ICMBio**, neste ato representado por seu Presidente, **ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD**, brasileiro, veterinário, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da cédula de identidade nº 262.957.9923, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 173.309.980-87, nomeado pela Portaria nº 282, de 08 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e publicada no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, Seção 02, página 01, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, CEP 22.270-014, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **FUNBIO**, neste ato representado por sua Secretária Geral, **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da cédula de identidade nº M – 750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04, com a interveniência da **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, doravante denominado **MMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE**, doravante denominada **SBio/MMA**, com sede Esplanada dos Ministérios Bloco “B” CEP: 70.068-900, neste ato representada pelo Secretário de Biodiversidade, substituto, **RÉGIS PINTO DE LIMA**, brasileiro, portador do RG nº 4020431005 SSP/RS, inscrito no CPF 368.477.470-72, residente e domiciliado em Brasília/DF, nomeado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 39, de 28 de janeiro de 2019, considerando a necessidade de implementação do “Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei 13.204/2015, observado o disposto no seu art. 31, inciso I, bem como pelo Decreto 8.726/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o **ICMBio** e o **FUNBIO**, para a implementação das atividades do “**Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)**”, em consonância com o **Manual Operacional do Projeto (MOP)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

1. “Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”: Projeto executado pelo **FUNBIO** e coordenado tecnicamente pelo Ministério do Meio Ambiente para apoio a implementação de estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal. Estas estratégias integram um plano de ação amplo, contando com diferentes instrumentos de políticas públicas para a biodiversidade, tais como Unidades de Conservação (**UCs**), Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (**PANs**), e Planos de Recuperação da Vegetação Nativa.

2. Secretaria de Biodiversidade - SBIO/MMA: Secretaria junto ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela coordenação técnica do **Projeto GEF-Terrestre**.

3. Unidade de Coordenação do Projeto (UCP): instância executiva instituída na Secretaria de Biodiversidade (**SBIO/MMA**), para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, execução e monitoramento técnicos do **Projeto GEF-Terrestre**.

4. FUNBIO: associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e designada pelo **MMA**, por meio do presente acordo, para exercer a execução técnica, financeira, fiduciária e de aquisições, e o monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do **Projeto GEF-Terrestre**, em conformidade com os termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável.

5. Fundo Global para o Meio Ambiente - Global Environment Facility (GEF): desempenha a função de mecanismo financeiro da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), entre outras Convenções, com a finalidade de prover recursos adicionais para a execução de **Projetos** que beneficiem o meio ambiente global, caracterizado como **Doador** de recursos para o **Projeto**.

6. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Agência Implementadora do **Projeto**, atuando como administrador fiduciário do **GEF** para o **Projeto GEF-Terrestre**.

7. Plano Operativo - PO: documento que estabelece as metas, atividades e cronogramas detalhados para execução do **Projeto**.

8. Órgãos Gestores: órgãos governamentais responsáveis pela condução das políticas e ações ambientais e pela administração das unidades de conservação dos diversos entes federativos.

9. Proposal for Operations Development (POD): é o documento preparado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que especifica as atividades, recursos e cronograma para preparação e supervisão do **Projeto**. O **POD** inclui os objetivos e metas, matriz de resultados e o plano de monitoramento e avaliação do **Projeto**.

10. Manual Operacional do Projeto – MOP: instrumento que objetiva orientar os procedimentos a serem adotados para a execução do **Projeto**, estabelecendo as suas rotinas, atividades e procedimentos, o qual deve ser observado por parte do **FUNBIO**, **BID**, **MMA**, demais parceiros e beneficiários.

11. Unidades Operativas do Projeto – UOs: responsáveis pela elaboração e execução do Plano Operativo das atividades-fim do **Projeto**, são **Unidades Operativas** os órgãos gestores estaduais das Unidades de Conservação apoiadas pelo **Projeto**, no **MMA** o Departamento de Áreas Protegidas – **DAP/MMA**, o Departamento de Espécies – **DESP/MMA** e o Departamento de Ecossistemas – **DECO/MMA**, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – **JBRJ**, e no **ICMBio** as Unidades de Conservação federais apoiadas pelo **Projeto**, e Diretorias envolvidas na implementação de ações do **Projeto**.

12. Unidade de Conservação - UC: definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

13. Relatórios Semestrais de Progresso: Relatório elaborado pelo **FUNBIO** e aprovado pelo **MMA**, a partir das informações técnicas e financeiras relativas às **Unidades Operativas** do **Projeto**, bem como de informações referentes à execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, e contemplando a análise de desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**.

14. Comitê Consultivo do Projeto (Comitê Executor): instância consultiva do **Projeto**, composta por representantes da SBio/MMA, ICMBio, JBRJ e órgãos gestores estaduais. Atua com a função de acompanhar a execução do **Projeto** e propor recomendações para um eficiente andamento do **Projeto**. As principais atribuições do Comitê Consultivo são: (i) acompanhar o planejamento, execução e monitoramento de todos os componentes do **Projeto**; (ii) analisar o impacto das atividades do **Projeto** sobre os resultados e indicadores do **Projeto** a fim de monitorar os avanços do **Projeto** em relação às metas; (iii) orientar as unidades operativas para a implementação das atividades sob sua responsabilidade repassando as diretrizes do **Projeto** à equipe local; e (iv) auxiliar na resolução de problemas que possam inviabilizar ou diminuir o ritmo de execução do **projeto**. O detalhamento dessas funções está estabelecido no Manual Operacional do **Projeto**.

15. Comitê Estratégico: Instância de coordenação máxima do **Projeto**, responsável por deliberar sobre metas, indicadores, orçamento, procedimentos, diretrizes critérios e arranjos de participação relacionados ao **Projeto**. As principais atribuições do Comitê Estratégico são: (i) acompanhar e avaliar os resultados e indicadores do **Projeto**; (ii) articular a participação dos órgãos governamentais federais e dos governos estaduais e participantes do **Projeto**; (iii) analisar as recomendações do Comitê Consultivo e deliberar sobre estas; e (iv) propor ações estratégicas para melhorar a execução e alcance de resultados do **Projeto**. A composição e o detalhamento das atribuições do Comitê Estratégico estão estabelecidos no Manual Operacional do **Projeto**.

16. Tracking Tool é uma ferramenta de avaliação de efetividade de gestão de unidades de conservação baseada no modelo desenvolvido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), utilizada em todos os **Projetos** de áreas protegidas financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

17. Convênio de Financiamento Não-Reembolsável é o instrumento legal celebrado pelo BID e o FUNBIO, em 22 de maio de 2018, o qual regula os termos e condições para a concessão do financiamento não reembolsável do BID/GEF ao FUNBIO, tendo a República

Federativa do Brasil, por intermédio do MMA, como beneficiário das ações do Projeto

18. FINANCIAMENTOS PARALELOS: São os recursos adicionais ao valor do financiamento não-reembolsável do GEF nos termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável. Estes financiamentos paralelos são as contrapartidas financeiras e não financeiras do MMA e dos demais participantes do Projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem atribuições dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I - Compete ao **ICMBio**:

a) Executar tecnicamente as ações do **Projeto** acordadas e planejadas em conjunto com a Unidade de Coordenação do **Projeto (UCP)** e **FUNBIO**, de acordo com o Manual Operacional do Projeto (**MOP**) e outros manuais ou roteiros que venham a ser estabelecidos pelo **BID, FUNBIO e UCP**;

b) Manter equipe técnica e administrativa mínima para o exercício das atividades definidas junto à **UCP**;

c) Promover a articulação com parceiros locais que possam contribuir com a execução do **Projeto** e alcance dos resultados e metas estabelecidos;

d) Manter pontos focais do ICMBio no **Projeto** atuante a fim de garantir o fluxo de comunicação sobre as ações do Projeto internamente, com a **UCP e FUNBIO**;

e) Participar das reuniões do Projeto em que for convocado para fins de planejamento, capacitação e monitoramento do **Projeto**;

f) Planejar e executar o Plano Operativo (**PO**) do **Projeto**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);

g) Fornecer ao **FUNBIO** e à **UCP**, quando solicitado, informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas à execução do Projeto, dentro dos prazos e formato estabelecidos, para fins de elaboração dos relatórios semestrais de Progresso;

h) Preencher e atualizar periodicamente as informações requeridas pela ferramenta **Tracking Tool** do **GEF** para monitoramento do **Projeto**, incluindo as informações financeiras e de gestão do sistema estadual de Unidades de Conservação;

i) Definir as especificações técnicas e fornecer os subsídios técnicos para auxiliar o **FUNBIO** na elaboração dos termos de referência relativos à consecução das atividades sob sua responsabilidade, previstas no **PO** do **Projeto**;

j) Acompanhar, avaliar e aprovar os produtos contratados e desenvolvidos no âmbito das atividades sob sua responsabilidade;

k) Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados ao **ICMBio** pelo **FUNBIO** durante a execução do Projeto, devendo os bens adquiridos destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, os bens utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins;

l) Envidar esforços para garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas no Projeto após o término de sua execução

m) Conhecer as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**, e garantir seu cumprimento nas ações que competem ao **ICMBio**;

n) Cumprir os compromissos de contrapartida no âmbito do Projeto.

II - Compete ao **FUNBIO**:

a) Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, contemplando a execução e monitoramento das atividades do **Projeto**, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

b) Manter equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o desenvolvimento de suas atribuições enquanto gestor financeiro e operacional do **Projeto**, garantindo a sua plena execução;

c) Implementar as ações relativas à execução do **Projeto** em conformidade com as diretrizes do Comitê Estratégico, orientações da **UCP /MMA** e com as recomendações do Comitê Consultivo, salvo nos casos em que contrariem sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno, ou seu modus operandi;

d) Conduzir o processo de planejamento e alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, sob coordenação e orientação do **MMA**, e em conjunto com as **Unidades Operativas**;

e) Revisar os **POs** propostos pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, no que tange à elegibilidade dos insumos planejados em relação às regras acordadas com o **BID**;

f) Consolidar os **POs** elaborados pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, e enviar ao **MMA** para aprovação, para posterior envio ao **BID**;

g) Estruturar o **PO** consolidado aprovado pelo **MMA** no sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro), bem como adotar os procedimentos necessários para torná-lo operacional nos prazos determinados no **MOP**;

h) Elaborar Plano de Aquisições e Contratações a partir do **PO** consolidado do **Projeto**, a ser submetido ao **BID** para aprovação, e divulgá-lo ao **MMA** e às demais **Unidades Operativas** após a sua aprovação;

i) Identificar, com o apoio das **UOs**, os fornecedores e prestadores de serviços locais necessários à consecução das atividades do Projeto, a partir das demandas constantes no Plano de Aquisições e Contratações do **Projeto**, devendo observar as políticas e procedimentos do **BID**;

j) Promover a capacitação das equipes do **MMA** e das demais **Unidades Operativas** apoiados nos procedimentos operacionais do **Projeto**;

k) Organizar e realizar os processos de aquisição e contratação necessários à consecução das atividades do **Projeto**, de acordo com as Políticas de Aquisição do **BID**, incluindo o desenvolvimento de especificações técnicas, a divulgação dos editais, o recebimento e pré-classificação das propostas técnicas e financeiras conforme critérios

definidos em edital, o encaminhamento das propostas recebidas e pré-classificadas para que o demandante as avalie; o recebimento do resultado final do processo de seleção enviado pelo demandante; e a comunicação do resultado final a todos os participantes;

l) Apoiar a elaboração, integral ou parcialmente, as especificações técnicas e termos de referência relativas à consecução das atividades previstas nos **POs do Projeto** sob responsabilidade do **MMA** e das **Unidades Operativas do Projeto**, mediante solicitação específica, e submeter ao demandante para aprovação;

m) Prestar apoio técnico para a realização e acompanhamento de atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs, à elaboração e implementação de planos de negócio, e à integração entre parceiros nas áreas de intervenção do **Projeto**;

n) Adquirir e contratar, em seu nome, com recursos do **GEF**, os bens e serviços necessários à implementação do **Projeto**, de acordo com os POs aprovados, e com as regras, prazos e condições acordados no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e de conformidade com as políticas e procedimentos do BID;

o) Manter o controle contábil atualizado e preciso de todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos de doação, de acordo com as regras estabelecidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

p) Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**.

q) Discutir e propor ajustes em procedimentos, documentos de referência e metodologias para alcance das metas do **Projeto**;

r) Reunir e consolidar as informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas às **Unidades Operativas** apoiadas pelo **Projeto**, enquanto subsídios para a elaboração dos relatórios semestrais de progresso do **Projeto**;

s) Elaborar e oferecer ao **MMA** versão preliminar dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações técnicas prestadas pelas **Unidades Operativas**, inclusive **Tracking Tools**, bem como de informações relativas a execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, analisando o desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**;

t) Disponibilizar as **UOs** o uso de um sistema de informações próprio (sistema Cérebro), adequado ao gerenciamento das atividades e recursos do **Projeto**, incluindo módulos de planejamento, solicitação, acompanhamento dos processos seletivos e de prestação de contas das aquisições e contratações, monitoramento financeiro e contábil;

u) Manter o sistema de informações do **Projeto** atualizado e operativo, garantindo assim a celeridade dos processos de planejamento, execução (incluindo aquisições e contratações) e monitoramento da execução em relação ao planejado, bem como assistência técnica adequada, quando necessário;

v) Providenciar a resolução de problemas técnicos no sistema de informações do **Projeto**, a partir de canal específico para solicitações por meio dos parceiros usuários, respondendo aos pedidos em até cinco dias úteis e informando os procedimentos e prazo para sua solução;

w) Reverter os rendimentos financeiros advindos dos recursos do doador em favor dos objetivos do **Projeto**, conforme previsto no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e a partir do detalhamento de atividades sob forma de **PO**;

x) Enviar ao **BID**, para análise e manifestação, a versão final dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

y) Manter informações e documentos do **Projeto** atualizados junto ao site do **FUNBIO**.

z) Fornecer bolsas de pesquisa, de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no MOP, por meio de Fundação de Apoio, com vínculo contratual estabelecido com IFES ou ICT, para o desenvolvimento e produção de material de cunho científico e intelectual;

§ 1º Os bens a que se refere a alínea “n” do inciso II serão doados à **Unidade Operativa** demandante mediante a assinatura de respectivo Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio da entidade beneficiária.

§ 2º O material de cunho científico e intelectual produzido com o apoio do Projeto se reverterá em benefício da sociedade, podendo ser livre e gratuitamente divulgado pelos Partícipes, respeitados os direitos de autor, não sendo, no caso, aplicável a propriedade estabelecida na Cláusula Oitava adiante.

III – Compete à **SBio/MMA**, como interveniente deste Acordo:

a) Coordenar tecnicamente o **Projeto**, por meio da Unidade de Coordenação do **Projeto** (**UCP**), aprovando e monitorando a execução das atividades do **Projeto**, promovendo a articulação e integração entre os parceiros do **Projeto**, garantindo a comunicação entre as partes;

b) Manter a Unidade de Coordenação do **Projeto** (**UCP**), com equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, operação e monitoramento do **Projeto**, conforme o estabelecido no **Manual Operacional do Projeto**;

c) Coordenar as atividades do Conselho do **Projeto**, com reuniões ordinárias semestrais, ou extraordinárias, sempre que necessário, presidindo-as e garantindo o seu funcionamento em acordo com os termos definidos no **MOP**;

d) Coordenar o processo de alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, em conjunto com as **Unidades Operativas** e **FUNBIO**;

e) Indicar ao **FUNBIO** os responsáveis pela operacionalização dos POs junto a cada **Unidade Operativa**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);

f) Analisar o desempenho das **UOs** em relação às metas do **Projeto**, a partir de relatórios gerenciais periódicos elaborados pelo **FUNBIO**, no formato estabelecido no **MOP**, e apresentar o resultado destas análises aos **Comitês do Projeto**;

g) Revisar, a versão final dos relatórios semestrais de progresso a ser encaminhada ao CP e ao BID, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

h) Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**, e determinar

o seu cumprimento por parte das **Unidades Operativas do Projeto**;

- i) Orientar as **UOs** sobre as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**;
- j) Analisar eventuais propostas de alterações no PO e Plano de Aquisições encaminhadas pelo FUNBIO e UOs, a serem submetidas ao BID, de modo a verificar se as mesmas implicam mudanças na alocação de recursos ou acarretam em impactos nos objetivos e metas do Projeto;

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira estão estabelecidos no Plano de Trabalho (**Anexo I**), que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DOS BENS

No que se concerne aos bens adquiridos em nome do **FUNBIO** e doados ao **ICMBio** este se compromete a:

- a) Utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do **Projeto**, sendo vedada a alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o **Projeto**.
- b) Registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao **FUNBIO** no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do respectivo Termo de Doação, os números de patrimônio de cada bem;
- c) Responsabilizar-se pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou força maior. Em nenhuma circunstância o **FUNBIO** ficará obrigado a restituir os referidos bens ou indenizar o **ICMBio**.
- d) Observar os termos estabelecidos na Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8726/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPES

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste **Acordo de Cooperação**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

O presente **Acordo de Cooperação** não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo Primeiro. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

Parágrafo Segundo. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos ao **ICMBio**, sendo concedida licença gratuita de uso sem fins comerciais ao **MMA**, **FUNBIO** e ao **BID**.

Parágrafo Único: No caso de material desenvolvido ou elaborado pelo **FUNBIO** para o **Projeto**, a propriedade intelectual será atribuída ao **ICMBIO**, e será concedida licença gratuita para o uso sem fins econômicos ao **MMA**, ao **FUNBIO** e ao **BID**.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Os partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente **Acordo de Cooperação**, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 4.799, de 4 de agosto de 2003 e da Instrução Normativa nº 31, de 10 de setembro de 2003, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente **Acordo de Cooperação** terá a vigência de 5 (cinco) anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 5º e do artigo 21 do Decreto 8.726/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Este **Acordo de Cooperação**, bem como o seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O **ICMBio** e o **MMA** promoverão o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, conforme o artigo 60 e 61 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre os partícipes poderão ser realizadas por e-mail e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas.

As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os abaixo mencionados:

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Endereço: EQSW 103/104, Complexo Administrativo - Setor Sudoeste.
CEP: 70.670-350 - Brasília - DF
Telefone: (61) 2028-9050

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 286 – 5º Andar - Botafogo
Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-014
Fax: (21) 2123 5354
Telefone: (21) 2123-5300

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

Secretaria de Biodiversidade– **SBIO**
Endereço: Bloco B, Esplanada dos Ministérios
Brasília/DF - CEP 70068-90
Telefones: (61) 2028-2039/2192/2056

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao **ICMBio** providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União na forma do artigo 38 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO

Anexo I – Plano de Trabalho; e

Anexo II – Manual Operacional do **Projeto GEF-Terrestre**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação entre as partes, assegurada a participação do órgão encarregado do assessoramento jurídico do Ministério do Meio Ambiente. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, o Foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de de 2019

ADALBERTO EBERHARD
Presidente do ICMBio

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ
Secretária Geral do FUNBIO

REGIS PINTO DE LIMA
Secretário de Biodiversidade
Substituto - MMA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:
CI:

CPF:
CI:

PLANO DE TRABALHO**1- DADOS CADASTRAIS DOS PARTICIPES**

Órgão / Entidade Proponente Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO			CNPJ 03.537.443/0001-04
Endereço Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo			
Cidade Rio de Janeiro	UF RJ	CEP 22.270-014	DDD / Telefone 21 2123-5300
Nome do Responsável Rosa Maria Lemos de Sá			CPF 317.697.566-04
CI / Órgão Exp. M-750.784 SSP/MG	Cargo Secretária-Geral	Função – Representante L.	Matrícula
Endereço Av. Atlântica nº 778, apto. 1102, Leme, Rio de Janeiro/RJ			CEP 22.010-000
Órgão / Entidade Concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade			CNPJ 08.829.974/0001-94
Endereço EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Torre 4 Sudoeste			
Cidade Brasília	UF DF	CEP 71.680-350	DDD / Telefone 61 2028 9011
Nome do Responsável ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD			CPF 173.309.980-87
CI / Órgão Exp. 262.957.9923 SSP/RS	Cargo Presidente	Função Representante legal	Matrícula
Endereço EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Sudoeste			CEP 70.670-350
Órgão / Entidade Interveniente Ministério do Meio Ambiente			CNPJ 37.115.375/0001-07
Endereço Esplanada dos Ministérios Bloco 'B'			

Cidade Brasília	UF DF	CEP 70.068-900	DDD / Telefone (61) 2028-2039/2192
Nome do Responsável Regis Pinto de Lima			CPF 000.000.000-00
CI / Órgão Exp. 000000000- SSP/XX	Cargo Secretário de Biodiversidade Substituto	Função Representante Legal	Matrícula
Endereço Esplanada dos Ministérios Bloco 'B'			CEP 70.068-900

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: “ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL (GEF-TERRESTRE)”.	Período de Execução	
	2019	2023
Identificação do objeto: Plano de trabalho para estabelecimento de Acordo de Cooperação (AC) entre o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, e o FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas para a implementação das atividades do Projeto GEF-Terrestre (“Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal”).		

3- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Projeto GEF-Terrestre está alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) e a diversas políticas nacionais, tendo como principal linha de ação o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC- Lei 9.985 de 18 de julho de 200). Este Projeto visa promover uma conservação efetiva em ecossistemas terrestres onde houve pouco investimento na conservação de sua biodiversidade e que continuam sofrendo fortes ameaças de conversão do uso da terra, sendo Caatinga, Pampa e Pantanal os biomas alvo.

O GEF-Terrestre, por meio de ações relacionadas ao aumento da efetividade de gestão de áreas protegidas, melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas, a recuperação de áreas degradadas e o envolvimento de comunidades e proprietários rurais em ações de manejo sustentável, deverá contribuir para o alcance das metas nacionais de biodiversidade 5, 11, 12, 14 e 15 (Resolução da CONABIO Nº 06 de 03 de setembro de 2013).

O Projeto GEF-Terrestre será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que orientará o planejamento, a execução e o monitoramento de atividades. A execução financeira do Projeto estará a cargo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), enquanto a execução técnica-será realizada por órgãos gestores de unidades de conservação nas esferas federal e estadual, além do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O Projeto GEF-Terrestre conta com recursos de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além da

dotação orçamentária do Governo Brasileiro.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa, conta com 22 anos de experiência em Projeto de Cooperação Internacional junto ao Ministério do Meio Ambiente, e atenderá às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação.

4 – ATIVIDADES PREVISTAS

1. Planejar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto GEF-Terrestre, visando o fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação eo alcance das metas estabelecidas na Tabela 2..
2. Preencher a ferramenta do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe) de Unidades de Conservação para as Unidades de Conservação que receberão apoio pelo Projeto GEF-Terrestre.
3. Prestar informações financeiras sobre o sistema federal de Unidades de Conservação por meio do preenchimento periódico da ferramenta *Tracking Tool* do GEF.
4. Desenvolver atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs visando diminuir a lacuna de financiamento destas no médio prazo, podendo considerar a elaboração e implementação de planos de negócios, mecanismos para utilização de recursos de compensação ambiental, entre outros.
5. Buscar parcerias para implementar ações de conservação e manejo nas áreas de intervenção do Projeto;
6. Identificar, com o apoio das UOs, fornecedores e prestadores de serviços locais necessários a consecução das atividades do Projeto;
7. Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no MOP, no POD e no Convênio de Financiamento Não-Reembolsável;
8. Articular com Unidades Operativas, instituições parceiras e instâncias de governança do Projeto para o monitoramento e a avaliação da execução do Projeto;
9. Observar as salvaguardas e orientações estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental e Social do Projeto.

Tabela 1. Atividades a serem desenvolvidas pelos partícipes do Acordo de Cooperação ao longo do Projeto GEF-Terrestre.

Atividade / Semestre	Ano	2019		2020		2021		2022		2023
	Responsável	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º
Participar de oficina de planejamento para detalhamento das ações	ICMBio, Funbio e MMA									
Preencher <i>TrackingTool</i> de efetividade de gestão	ICMBio	X		X		X		X		X
Preencher <i>Tracking Tool</i> de sustentabilidade financeira;	ICMBio				X					X
Revisar e consolidar <i>TrackingTool</i> e elaborar Relatório de Progresso	Funbio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Revisar e aprovar Relatório de Progresso	MMA	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilizar ferramenta de modelagem de custos de UC	MMA									
Aplicar modelagem de custos para UCs do Projeto	ICMBio	X								
Revisar o planejamento das atividades	ICMBio, Funbio e MMA			X			X			
Desenvolver atividades relacionadas à sustentabilidade financeira	ICMBio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto	Funbio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificar fornecedores e prestadores de serviços	Funbio	X	X	X	X	X	X	X	X	X




Tabela 2. Produtos, indicadores e metas do Projeto GEF-Terrestre que serão alcançados pelo conjunto dos órgãos gestores de Unidades de Conservação (UCs).

Produtos / indicadores	Unidade de medida	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Meta final
Propostas de criação que avançaram no processo de criação ¹ .	Número de propostas que avançaram	1	2	3	3	1	10
Unidades de Conservação criadas ou ampliadas	Hectares de novas UCs em 5 anos						1.000.000
Propostas de criação ou planos de manejo que incorporam planos de sustentabilidade financeira para a UC ou estratégias de financiamento para conjunto de UCs	UCs contempladas por planos ou estratégia de sustentabilidade financeira		3	11	10		24
Plano de manejo elaborado ou revisado	UCs com planos de manejo elaborados ou revisados		3	6	10		19
Monitoramento da biodiversidade em UCs	Número de UCs com coleta de dados de monitoramento da biodiversidade			5	3	3	11
Implementação do manejo do fogo em UCs	Número de UCs com manejo do fogo				1	2	3
Elaboração de protocolos de manejo do fogo por bioma	Número de protocolos		1	1	1		3
Propriedades do entorno de UCs adotando protocolos ou boas práticas de manejo do fogo	Hectares			2,000	5,000	13,000	20,000
Projetos demonstrativos baseados em	Número de projetos			1	1	1	3

¹ O avanço será mensurado pelas etapas de criação: Sem processo formal, preliminar, preparatória, analítica, consultiva e conclusiva.

Produtos / indicadores	Unidade de medida	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Meta final
serviços ecossistêmicos em implementação em áreas produtivas	demonstrativos						
Área degradada em processo de recuperação	Hectares				2,500	2,500	5,000
Avaliação anual da efetividade das UCs para alcançar objetivos de conservação	Índice de efetividade do SAMGe ao final do projeto	x	x	x	x	x	20
Avaliação da efetividade das UCs para alcançar meta nacional de conservação de espécies ameaçadas	Relatório baseado no monitoramento da biodiversidade					1	1
PANs elaborados e em implementação nos territórios selecionados da Caatinga, Pampa e Pantanal	Número de PANs territoriais elaborados e em implementação			5	6		11
Avaliação do risco de extinção de espécies ameaçadas	Lista de espécies ameaçadas				1		1
Promover a participação de comunidades locais nas ações de conservação	Número de oficinas/eventos com comunidades locais	3	5	5	5	4	22

<p>ADALBERTO EBERHARD Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</p> <p>Data ____/____/____</p>	<p>REGIS PINTO DE LIMA Secretaria de Biodiversidade – SBio/MMA</p> <p>Data ____/____/____</p>	<p>ROSA MARIA LEMOS DE SÁ Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO</p> <p>Data ____/____/____</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 1149141290		NOME ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD
		DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSÃO / UF 2029579923 SSP RS
		CPF 173.309.980-87
		DATA NASCIMENTO 26/09/1950
		FILIAÇÃO MAX EBERHARD HILDA LERSCH EBERHARD
		PERMISSÃO 
		REGISTRO 00065487716
		VALIDADE 27/08/2020
		1ª HABILITAÇÃO 11/01/1977
PROIBIDO PLASTIFICAR 1149141290	OBSERVAÇÕES	
		
	ASSINATURA DO PORTADOR	
	LOCAL BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF	DATA EMISSÃO 04/09/2015
	Jayme Schorlin de Souza Diretor Geral DETRAN-DF ASSINATURA DO EMISSOR	
36042150850 DF74266490		
DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)		



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.829.974/0001-94 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/04/2007
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO CHICO MENDES		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 110-4 - Autarquia Federal		
LOGRADOURO EQ COMPLEXO ADMINISTRATIVO SUDOESTE 103/104	NÚMERO 01	COMPLEMENTO BLOCO C SUBSL TORRE 4
CEP 70.670-350	BAIRRO/DISTRITO SUDOESTE	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONCEICAO.MATOS@ICMBIO.GOV.BR		TELEFONE (61) 2028-9518 / (61) 2028-9246
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/04/2007
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **14/03/2019** às **16:14:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Nº 267 - EXONERAR

ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, código DAS 101.5.

ONYX DORNELLES LORENZONI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 268 - EXONERAR

GILMAR SOUZA DOS SANTOS do cargo de Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades, código DAS 101.6, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 269 - EXONERAR

GUSTAVO ROCHA SANTOS do cargo de Assessor Especial do Ministério das Cidades, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 270 - NOMEAR

JONATHAS ASSUNÇÃO SALVADOR NERY DE CASTRO, para exercer o cargo de Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, código DAS 101.6, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Nº 271 - EXONERAR

ADAILTON FERREIRA TRINDADE do cargo de Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, código DAS 101.6, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 272 - NOMEAR

JACQUELINE BARBOSA DUTRA, para exercer o cargo de Assessora Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5.

Nº 273 - EXONERAR

LADJANE PEREIRA DE MELLO do cargo de Assessora Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 274 - NOMEAR

ADRIANA MELO ALVES, para exercer o cargo de Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.6.

Nº 275 - EXONERAR

MARLON CARVALHO CAMBRAIA do cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.6, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 276 - NOMEAR

FABRICIO MOURA MOREIRA, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Gestão Interna da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.5.

Nº 277 - EXONERAR

DINA ELARRAT DE ARAÚJO GAMA do cargo de Diretora do Departamento de Gestão Interna da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 278 - EXONERAR

DANILLO FERREIRA GOMES do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Cidades, código DAS 101.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 279 - EXONERAR

IVAN LUIS LOPES GONÇALVES do cargo de Assessor Especial do Ministério das Cidades, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 280 - NOMEAR

MARCO ANTONIO LOPES PORTO, para exercer o cargo de Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5.

Nº 281 - EXONERAR

FELIPE RAMON DE LIMA do cargo de Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

ONYX DORNELLES LORENZONI

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 282 - NOMEAR

ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD, para exercer o cargo de Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.6.

Nº 283 - EXONERAR

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO do cargo de Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.6.

Nº 284 - EXONERAR

HEITOR MATALLO JÚNIOR do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 101.5.

Nº 285 - EXONERAR

BELARMINO BORGNETH NETO do cargo de Assessor Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 286 - EXONERAR

ELIANA BARRETO DE LUCENA do cargo de Assessora Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 287 - EXONERAR

IDERALDO DE SOUZA do cargo de Assessor Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 288 - EXONERAR

TERESA CRISTINA MORAES DA SILVA do cargo de Assessora Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 289 - EXONERAR

MARILIA MARRECO CERQUEIRA do cargo de Assessora Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 290 - EXONERAR

RAIMUNDO NONATO CASTELO CORDEIRO FILHO do cargo de Diretor do Departamento de Gestão Ambiental Territorial da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, código DAS 101.5.

Nº 291 - EXONERAR

SILVANA CANUTO MEDEIROS do cargo de Diretora de Planejamento, Administração e Logística do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.5.

Nº 292 - EXONERAR

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA do cargo de Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.5.

Nº 293 - EXONERAR

CLAUDIO CARRERA MARETTI do cargo de Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.5.

ONYX DORNELLES LORENZONI

MINISTÉRIO DO TURISMO

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 294 - NOMEAR

LUANA MARA NUNES BOLDORI, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Turismo, código DAS 101.5.

Nº 295 - EXONERAR

MAURICIO ALMEIDA DO NASCIMENTO do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Turismo, código DAS 101.5.

ONYX DORNELLES LORENZONI

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 26, DE 7 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 2.207, de 22 de novembro de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, alterada pela Portaria nº 2.238, de 5 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

DISPENSAR, a pedido,

MARCELO DA SILVA VIEIRA da função de Supervisor, código GR-V, da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República, a partir de 17 de janeiro de 2019.

ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB-

PORTARIA Nº 36, DE 8 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 2.207, de 22 de novembro de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

EXONERAR

VALQUIRIA FIGUEIREDO RAMOS do cargo de Assistente, código DAS 102.2, do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB

GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIAS DE 8 DE JANEIRO DE 2019

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º da Portaria nº 1.006, de 30 de agosto de 2018, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Nº 41 - DISPENSAR

IONA DE CARVALHO VIEIRA da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 8 de janeiro de 2019.

Nº 42 - DISPENSAR

RICARDO SOARES DA SILVA da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Assessoria de Comunicação do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 8 de janeiro de 2019.

Nº 43 - DISPENSAR

ANA PAULA MACHADO BORGES SANTOS da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Diretoria de Relações Institucionais do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 1º de janeiro de 2019.

Nº 44 - DISPENSAR

JOANNA GRANJA SANT'ANNA da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Assessoria Especial de Controle Interno do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 1º de janeiro de 2019.



**ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/2019
QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO
CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE – ICMBIO E O FUNDO
BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE,
VISANDO EXPLICITAR AS ATRIBUIÇÕES E
RESPONSABILIDADES DAS PARTES PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO,
RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A
BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E
PANTANAL (GEF-TERRESTRE)”, COM A
INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO,
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE.**

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, Autarquia Federal, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.829.974/0001-94, vinculado ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, com sede na EQSW Complexo Administrativo Sudoeste 103/104, nº 1, Bloco C, subsolo, Torre 4, Sudoeste, Brasília/DF, CEP 70.670-350 e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante simplesmente denominado **Donatário ou ICMBio**, neste ato representado por seu Presidente, **ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD**, brasileiro, veterinário, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da cédula de identidade nº 262.957.9923, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 173.309.980-87, nomeado pela Portaria nº 282, de 08 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e publicada no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, Seção 02, página 01, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, CEP 22.270-014, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **FUNBIO**, neste ato representado por sua Secretária Geral, **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da cédula de identidade nº M – 750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04, com a interveniência da **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, doravante denominado **MMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE**, doravante denominada **SBio/MMA**, com sede Esplanada dos Ministérios Bloco “B” CEP: 70.068-900, neste ato representada pelo Secretário de Biodiversidade, substituto, **RÉGIS PINTO DE LIMA**, brasileiro, portador do RG nº 4020431005 SSP/RS, inscrito no CPF 368.477.470-72, residente e domiciliado em Brasília/DF, nomeado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 39, de 28 de janeiro de 2019, considerando a necessidade de implementação do “Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (**GEF-Terrestre**)”, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei 13.204/2015, observado o disposto no seu art. 31, inciso I, bem como pelo Decreto 8.726/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o **ICMBio** e o **FUNBIO**, para a implementação das atividades do “**Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)**”, em consonância com o **Manual Operacional do Projeto (MOP)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

- 1. “Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”:** Projeto executado pelo **FUNBIO** e coordenado tecnicamente pelo Ministério do Meio Ambiente para apoio a implementação de estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal. Estas estratégias integram um plano de ação amplo, contando com diferentes instrumentos de políticas públicas para a biodiversidade, tais como Unidades de Conservação (**UCs**), Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (**PANs**), e Planos de Recuperação da Vegetação Nativa.
- 2. Secretaria de Biodiversidade - SBIO/MMA:** Secretaria junto ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela coordenação técnica do **Projeto GEF-Terrestre**.
- 3. Unidade de Coordenação do Projeto (UCP):** instância executiva instituída na Secretaria de Biodiversidade (**SBIO/MMA**), para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, execução e monitoramento técnicos do **Projeto GEF-Terrestre**.
- 4. FUNBIO:** associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e designada pelo **MMA**, por meio do presente acordo, para exercer a execução técnica, financeira, fiduciária e de aquisições, e o monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do **Projeto GEF-Terrestre**, em conformidade com os termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável.
- 5. Fundo Global para o Meio Ambiente - Global Environment Facility (GEF):** desempenha a função de mecanismo financeiro da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), entre outras Convenções, com a finalidade de prover recursos adicionais para a execução de **Projetos** que beneficiem o meio ambiente global, caracterizado como **Doador** de recursos para o **Projeto**.
- 6. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):** Agência Implementadora do **Projeto**, atuando como administrador fiduciário do **GEF** para o **Projeto GEF-Terrestre**.
- 7. Plano Operativo - PO:** documento que estabelece as metas, atividades e cronogramas detalhados para execução do **Projeto**.
- 8. Órgãos Gestores:** órgãos governamentais responsáveis pela condução das políticas e ações ambientais e pela administração das unidades de conservação dos diversos entes federativos.
- 9. Proposal for Operations Development (POD):** é o documento preparado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que especifica as atividades, recursos e cronograma para preparação e supervisão do **Projeto**. O **POD** inclui os objetivos e metas, matriz de resultados e o plano de monitoramento e avaliação do **Projeto**.

10. Manual Operacional do Projeto – MOP: instrumento que objetiva orientar os procedimentos a serem adotados para a execução do **Projeto**, estabelecendo as suas rotinas, atividades e procedimentos, o qual deve ser observado por parte do **FUNBIO**, **BID**, **MMA**, demais parceiros e beneficiários.

11. Unidades Operativas do Projeto – UOs: responsáveis pela elaboração e execução do Plano Operativo das atividades-fim do **Projeto**, são **Unidades Operativas** os órgãos gestores estaduais das Unidades de Conservação apoiadas pelo **Projeto**, no **MMA** o Departamento de Áreas Protegidas – **DAP/MMA**, o Departamento de Espécies – **DESP/MMA** e o Departamento de Ecossistemas – **DECO/MMA**, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - **JBRJ**, e no **ICMBio** as Unidades de Conservação federais apoiadas pelo **Projeto**, e Diretorias envolvidas na implementação de ações do **Projeto**.

12. Unidade de Conservação - UC: definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

13. Relatórios Semestrais de Progresso: Relatório elaborado pelo **FUNBIO** e aprovado pelo **MMA**, a partir das informações técnicas e financeiras relativas às **Unidades Operativas** do **Projeto**, bem como de informações referentes à execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, e contemplando a análise de desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**.

14. Comitê Consultivo do Projeto (Comitê Executor): instância consultiva do **Projeto**, composta por representantes da SBio/MMA, ICMBio, JBRJ e órgãos gestores estaduais. Atua com a função de acompanhar a execução do **Projeto** e propor recomendações para um eficiente andamento do **Projeto**. As principais atribuições do Comitê Consultivo são: (i) acompanhar o planejamento, execução e monitoramento de todos os componentes do **Projeto**; (ii) analisar o impacto das atividades do **Projeto** sobre os resultados e indicadores do **Projeto** a fim de monitorar os avanços do **Projeto** em relação às metas; (iii) orientar as unidades operativas para a implementação das atividades sob sua responsabilidade repassando as diretrizes do **Projeto** à equipe local; e (iv) auxiliar na resolução de problemas que possam inviabilizar ou diminuir o ritmo de execução do **projeto**. O detalhamento dessas funções está estabelecido no Manual Operacional do **Projeto**.

15. Comitê Estratégico: Instância de coordenação máxima do **Projeto**, responsável por deliberar sobre metas, indicadores, orçamento, procedimentos, diretrizes critérios e arranjos de participação relacionados ao **Projeto**. As principais atribuições do Comitê Estratégico são: (i) acompanhar e avaliar os resultados e indicadores do **Projeto**; (ii) articular a participação dos órgãos governamentais federais e dos governos estaduais e participantes do **Projeto**; (iii) analisar as recomendações do Comitê Consultivo e deliberar sobre estas; e (iv) propor ações estratégicas para melhorar a execução e alcance de resultados do **Projeto**. A composição e o detalhamento das atribuições do Comitê Estratégico estão estabelecidos no Manual Operacional do **Projeto**.

16. Tracking Tool é uma ferramenta de avaliação de efetividade de gestão de unidades de conservação baseada no modelo desenvolvido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), utilizada em todos os **Projetos** de áreas protegidas financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

17. Convênio de Financiamento Não-Reembolsável é o instrumento legal celebrado pelo BID e o **FUNBIO**, em 22 de maio de 2018, o qual regula os termos e condições para a concessão do financiamento não reembolsável do BID/GEF ao **FUNBIO**, tendo a República

Federativa do Brasil, por intermédio do MMA, como beneficiário das ações do Projeto

18. FINANCIAMENTOS PARALELOS: São os recursos adicionais ao valor do financiamento não-reembolsável do GEF nos termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável. Estes financiamentos paralelos são as contrapartidas financeiras e não financeiras do MMA e dos demais participantes do Projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem atribuições dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I - Compete ao **ICMBio**:

- a) Executar tecnicamente as ações do **Projeto** acordadas e planejadas em conjunto com a Unidade de Coordenação do **Projeto (UCP)** e **FUNBIO**, de acordo com o Manual Operacional do Projeto (**MOP**) e outros manuais ou roteiros que venham a ser estabelecidos pelo **BID, FUNBIO e UCP**;
- b) Manter equipe técnica e administrativa mínima para o exercício das atividades definidas junto à **UCP**;
- c) Promover a articulação com parceiros locais que possam contribuir com a execução do **Projeto** e alcance dos resultados e metas estabelecidos;
- d) Manter pontos focais do **ICMBio** no **Projeto** atuante a fim de garantir o fluxo de comunicação sobre as ações do Projeto internamente, com a **UCP e FUNBIO**;
- e) Participar das reuniões do Projeto em que for convocado para fins de planejamento, capacitação e monitoramento do **Projeto**;
- f) Planejar e executar o Plano Operativo (**PO**) do **Projeto**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);
- g) Fornecer ao **FUNBIO** e à **UCP**, quando solicitado, informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas à execução do Projeto, dentro dos prazos e formato estabelecidos, para fins de elaboração dos relatórios semestrais de Progresso;
- h) Preencher e atualizar periodicamente as informações requeridas pela ferramenta **Tracking Tool** do **GEF** para monitoramento do **Projeto**, incluindo as informações financeiras e de gestão do sistema estadual de Unidades de Conservação;
- i) Definir as especificações técnicas e fornecer os subsídios técnicos para auxiliar o **FUNBIO** na elaboração dos termos de referência relativos à consecução das atividades sob sua responsabilidade, previstas no **PO do Projeto**;
- j) Acompanhar, avaliar e aprovar os produtos contratados e desenvolvidos no âmbito das atividades sob sua responsabilidade;
- k) Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados ao **ICMBio** pelo **FUNBIO** durante a execução do Projeto, devendo os bens adquiridos destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, os bens utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins;

l) Envidar esforços para garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas no Projeto após o término de sua execução

m) Conhecer as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**, e garantir seu cumprimento nas ações que competem ao **ICMBio**;

n) Cumprir os compromissos de contrapartida no âmbito do Projeto.

II - Compete ao **FUNBIO**:

a) Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, contemplando a execução e monitoramento das atividades do **Projeto**, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

b) Manter equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o desenvolvimento de suas atribuições enquanto gestor financeiro e operacional do **Projeto**, garantindo a sua plena execução;

c) Implementar as ações relativas à execução do **Projeto** em conformidade com as diretrizes do Comitê Estratégico, orientações da **UCP /MMA** e com as recomendações do Comitê Consultivo, salvo nos casos em que contrariem sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno, ou seu modus operandi;

d) Conduzir o processo de planejamento e alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, sob coordenação e orientação do **MMA**, e em conjunto com as **Unidades Operativas**;

e) Revisar os **POs** propostos pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, no que tange à elegibilidade dos insumos planejados em relação às regras acordadas com o **BID**;

f) Consolidar os **POs** elaborados pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, e enviar ao **MMA** para aprovação, para posterior envio ao **BID**;

g) Estruturar o **PO** consolidado aprovado pelo **MMA** no sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro), bem como adotar os procedimentos necessários para torná-lo operacional nos prazos determinados no **MOP**;

h) Elaborar Plano de Aquisições e Contratações a partir do **PO** consolidado do **Projeto**, a ser submetido ao **BID** para aprovação, e divulgá-lo ao **MMA** e às demais **Unidades Operativas** após a sua aprovação;

i) Identificar, com o apoio das **UOs**, os fornecedores e prestadores de serviços locais necessários a consecução das atividades do Projeto, a partir das demandas constantes no Plano de Aquisições e Contratações do **Projeto**, devendo observar as políticas e procedimentos do **BID**;

j) Promover a capacitação das equipes do **MMA** e das demais **Unidades Operativas** apoiados nos procedimentos operacionais do **Projeto**;

k) Organizar e realizar os processos de aquisição e contratação necessários à consecução das atividades do **Projeto**, de acordo com as Políticas de Aquisição do **BID**, incluindo o desenvolvimento de especificações técnicas, a divulgação dos editais, o recebimento e pré-classificação das propostas técnicas e financeiras conforme critérios

definidos em edital, o encaminhamento das propostas recebidas e pré-classificadas para que o demandante as avalie; o recebimento do resultado final do processo de seleção enviado pelo demandante; e a comunicação do resultado final a todos os participantes;

l) Apoiar a elaboração, integral ou parcialmente, as especificações técnicas e termos de referência relativas à consecução das atividades previstas nos **POs do Projeto** sob responsabilidade do **MMA** e das **Unidades Operativas do Projeto**, mediante solicitação específica, e submeter ao demandante para aprovação;

m) Prestar apoio técnico para a realização e acompanhamento de atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs, à elaboração e implementação de planos de negócio, e à integração entre parceiros nas áreas de intervenção do **Projeto**;

n) Adquirir e contratar, em seu nome, com recursos do **GEF**, os bens e serviços necessários à implementação do **Projeto**, de acordo com os **POs** aprovados, e com as regras, prazos e condições acordados no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e de conformidade com as políticas e procedimentos do **BID**;

o) Manter o controle contábil atualizado e preciso de todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos de doação, de acordo com as regras estabelecidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

p) Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**.

q) Discutir e propor ajustes em procedimentos, documentos de referência e metodologias para alcance das metas do **Projeto**;

r) Reunir e consolidar as informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas às **Unidades Operativas** apoiadas pelo **Projeto**, enquanto subsídios para a elaboração dos relatórios semestrais de progresso do **Projeto**;

s) Elaborar e oferecer ao **MMA** versão preliminar dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações técnicas prestadas pelas **Unidades Operativas**, inclusive **Tracking Tools**, bem como de informações relativas a execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, analisando o desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**;

t) Disponibilizar as **UOs** o uso de um sistema de informações próprio (sistema Cérebro), adequado ao gerenciamento das atividades e recursos do **Projeto**, incluindo módulos de planejamento, solicitação, acompanhamento dos processos seletivos e de prestação de contas das aquisições e contratações, monitoramento financeiro e contábil;

u) Manter o sistema de informações do **Projeto** atualizado e operativo, garantindo assim a celeridade dos processos de planejamento, execução (incluindo aquisições e contratações) e monitoramento da execução em relação ao planejado, bem como assistência técnica adequada, quando necessário;

v) Providenciar a resolução de problemas técnicos no sistema de informações do **Projeto**, a partir de canal específico para solicitações por meio dos parceiros usuários, respondendo aos pedidos em até cinco dias úteis e informando os procedimentos e prazo para sua solução;

w) Reverter os rendimentos financeiros advindos dos recursos do doador em favor dos objetivos do **Projeto**, conforme previsto no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e a partir do detalhamento de atividades sob forma de **PO**;

x) Enviar ao **BID**, para análise e manifestação, a versão final dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

y) Manter informações e documentos do **Projeto** atualizados junto ao site do **FUNBIO**.

z) Fornecer bolsas de pesquisa, de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no MOP, por meio de Fundação de Apoio, com vínculo contratual estabelecido com IFES ou ICT, para o desenvolvimento e produção de material de cunho científico e intelectual;

§ 1º Os bens a que se refere a alínea “n” do inciso II serão doados à **Unidade Operativa** demandante mediante a assinatura de respectivo Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio da entidade beneficiária.

§ 2º O material de cunho científico e intelectual produzido com o apoio do Projeto se reverterá em benefício da sociedade, podendo ser livre e gratuitamente divulgado pelos Partícipes, respeitados os direitos de autor, não sendo, no caso, aplicável a propriedade estabelecida na Cláusula Oitava adiante.

III – Compete à **SBio/MMA**, como interveniente deste Acordo:

a) Coordenar tecnicamente o **Projeto**, por meio da Unidade de Coordenação do **Projeto** (**UCP**), aprovando e monitorando a execução das atividades do **Projeto**, promovendo a articulação e integração entre os parceiros do **Projeto**, garantindo a comunicação entre as partes;

b) Manter a Unidade de Coordenação do **Projeto** (**UCP**), com equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, operação e monitoramento do **Projeto**, conforme o estabelecido no **Manual Operacional do Projeto**;

c) Coordenar as atividades do Conselho do **Projeto**, com reuniões ordinárias semestrais, ou extraordinárias, sempre que necessário, presidindo-as e garantindo o seu funcionamento em acordo com os termos definidos no **MOP**;

d) Coordenar o processo de alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, em conjunto com as **Unidades Operativas** e **FUNBIO**;

e) Indicar ao **FUNBIO** os responsáveis pela operacionalização dos **POs** junto a cada **Unidade Operativa**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);

f) Analisar o desempenho das **UOs** em relação às metas do **Projeto**, a partir de relatórios gerenciais periódicos elaborados pelo **FUNBIO**, no formato estabelecido no **MOP**, e apresentar o resultado destas análises aos **Comitês do Projeto**;

g) Revisar, a versão final dos relatórios semestrais de progresso a ser encaminhada ao CP e ao BID, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

h) Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**, e determinar

o seu cumprimento por parte das **Unidades Operativas do Projeto**;

- i) Orientar as **UOs** sobre as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**;
- j) Analisar eventuais propostas de alterações no PO e Plano de Aquisições encaminhadas pelo FUNBIO e UOs, a serem submetidas ao BID, de modo a verificar se as mesmas implicam mudanças na alocação de recursos ou acarretam em impactos nos objetivos e metas do Projeto;

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira estão estabelecidos no Plano de Trabalho (**Anexo I**), que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DOS BENS

No que se concerne aos bens adquiridos em nome do **FUNBIO** e doados ao **ICMBio** este se compromete a:

- a) Utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do **Projeto**, sendo vedada a alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o **Projeto**.
- b) Registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao **FUNBIO** no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do respectivo Termo de Doação, os números de patrimônio de cada bem;
- c) Responsabilizar-se pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou força maior. Em nenhuma circunstância o **FUNBIO** ficará obrigado a restituir os referidos bens ou indenizar o **ICMBio**.
- d) Observar os termos estabelecidos na Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8726/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPEES

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste **Acordo de Cooperação**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

O presente **Acordo de Cooperação** não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo Primeiro. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

Parágrafo Segundo. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos ao **ICMBio**, sendo concedida licença gratuita de uso sem fins comerciais ao **MMA**, **FUNBIO** e ao **BID**.

Parágrafo Único: No caso de material desenvolvido ou elaborado pelo **FUNBIO** para o **Projeto**, a propriedade intelectual será atribuída ao **ICMBIO**, e será concedida licença gratuita para o uso sem fins econômicos ao **MMA**, ao **FUNBIO** e ao **BID**.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Os partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente **Acordo de Cooperação**, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 4.799, de 4 de agosto de 2003 e da Instrução Normativa nº 31, de 10 de setembro de 2003, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente **Acordo de Cooperação** terá a vigência de 5 (cinco) anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 5º e do artigo 21 do Decreto 8.726/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Este **Acordo de Cooperação**, bem como o seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O **ICMBio** e o **MMA** promoverão o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, conforme o artigo 60 e 61 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre os partícipes poderão ser realizadas por e-mail e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas.

As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os abaixo mencionados:

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Endereço: EQSW 103/104, Complexo Administrativo - Setor Sudoeste.

CEP: 70.670-350 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2028-9050

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 286 – 5º Andar - Botafogo

Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-014

Fax: (21) 2123 5354

Telefone: (21) 2123-5300

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

Secretaria de Biodiversidade– **SBIO**

Endereço: Bloco B, Esplanada dos Ministérios

Brasília/DF - CEP 70068-90

Telefones: (61) 2028-2039/2192/2056

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao **ICMBio** providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União na forma do artigo 38 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO

Anexo I – Plano de Trabalho; e

Anexo II – Manual Operacional do **Projeto GEF-Terrestre**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação entre as partes, assegurada a participação do órgão encarregado do assessoramento jurídico do Ministério do Meio Ambiente. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, o Foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de de 2019

ADALBERTO EBERHARD
Presidente do ICMBio

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ
Secretária Geral do FUNBIO

REGIS PINTO DE LIMA
Secretário de Biodiversidade
Substituto - MMA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:
CI:

CPF:
CI:

PLANO DE TRABALHO**1- DADOS CADASTRAIS DOS PARTICIPES**

Órgão / Entidade Proponente Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO			CNPJ 03.537.443/0001-04
Endereço Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo			
Cidade Rio de Janeiro	UF RJ	CEP 22.270-014	DDD / Telefone 21 2123-5300
Nome do Responsável Rosa Maria Lemos de Sá			CPF 317.697.566-04
CI / Órgão Exp. M-750.784 SSP/MG	Cargo Secretária-Geral	Função – Representante L.	Matrícula
Endereço Av. Atlântica nº 778, apto. 1102, Leme, Rio de Janeiro/RJ			CEP 22.010-000
Órgão / Entidade Concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade			CNPJ 08.829.974/0001-94
Endereço EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Torre 4 Sudoeste			
Cidade Brasília	UF DF	CEP 71.680-350	DDD / Telefone 61 2028 9011
Nome do Responsável ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD			CPF 173.309.980-87
CI / Órgão Exp. 262.957.9923 SSP/RS	Cargo Presidente	Função Representante legal	Matrícula
Endereço EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Sudoeste			CEP 70.670-350
Órgão / Entidade Interveniente Ministério do Meio Ambiente			CNPJ 37.115.375/0001-07
Endereço Esplanada dos Ministérios Bloco 'B'			

Cidade Brasília	UF DF	CEP 70.068-900	DDD / Telefone (61) 2028-2039/2192
Nome do Responsável Regis Pinto de Lima			CPF 000.000.000-00
CI / Órgão Exp. 000000000- SSP/XX	Cargo Secretário de Biodiversidade Substituto	Função Representante Legal	Matrícula
Endereço Esplanada dos Ministérios Bloco 'B'			CEP 70.068-900

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: “ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL (GEF-TERRESTRE)”.	Período de Execução	
	2019	2023
Identificação do objeto: Plano de trabalho para estabelecimento de Acordo de Cooperação (AC) entre o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, e o FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas para a implementação das atividades do Projeto GEF-Terrestre (“Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal”).		

3- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Projeto GEF-Terrestre está alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) e a diversas políticas nacionais, tendo como principal linha de ação o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC- Lei 9.985 de 18 de julho de 2000). Este Projeto visa promover uma conservação efetiva em ecossistemas terrestres onde houve pouco investimento na conservação de sua biodiversidade e que continuam sofrendo fortes ameaças de conversão do uso da terra, sendo Caatinga, Pampa e Pantanal os biomas alvo.

O GEF-Terrestre, por meio de ações relacionadas ao aumento da efetividade de gestão de áreas protegidas, melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas, a recuperação de áreas degradadas e o envolvimento de comunidades e proprietários rurais em ações de manejo sustentável, deverá contribuir para o alcance das metas nacionais de biodiversidade 5, 11, 12, 14 e 15 (Resolução da CONABIO N° 06 de 03 de setembro de 2013).

O Projeto GEF-Terrestre será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que orientará o planejamento, a execução e o monitoramento de atividades. A execução financeira do Projeto estará a cargo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), enquanto a execução técnica-será realizada por órgãos gestores de unidades de conservação nas esferas federal e estadual, além do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O Projeto GEF-Terrestre conta com recursos de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além da

dotação orçamentária do Governo Brasileiro.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa, conta com 22 anos de experiência em Projeto de Cooperação Internacional junto ao Ministério do Meio Ambiente, e atenderá às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação.

4 – ATIVIDADES PREVISTAS

1. Planejar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto GEF-Terrestre, visando o fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação eo alcance das metas estabelecidas na Tabela 2..
2. Preencher a ferramenta do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe) de Unidades de Conservação para as Unidades de Conservação que receberão apoio pelo Projeto GEF-Terrestre.
3. Prestar informações financeiras sobre o sistema federal de Unidades de Conservação por meio do preenchimento periódico da ferramenta *Tracking Tool* do GEF.
4. Desenvolver atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs visando diminuir a lacuna de financiamento destas no médio prazo, podendo considerar a elaboração e implementação de planos de negócios, mecanismos para utilização de recursos de compensação ambiental, entre outros.
5. Buscar parcerias para implementar ações de conservação e manejo nas áreas de intervenção do Projeto;
6. Identificar, com o apoio das UOs, fornecedores e prestadores de serviços locais necessários a consecução das atividades do Projeto;
7. Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no MOP, no POD e no Convênio de Financiamento Não-Reembolsável;
8. Articular com Unidades Operativas, instituições parceiras e instâncias de governança do Projeto para o monitoramento e a avaliação da execução do Projeto;
9. Observar as salvaguardas e orientações estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental e Social do Projeto.

Tabela 1. Atividades a serem desenvolvidas pelos partícipes do Acordo de Cooperação ao longo do Projeto GEF-Terrestre.

Atividade / Semestre	Ano	2019		2020		2021		2022		2023
	Responsável	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º
Participar de oficina de planejamento para detalhamento das ações	ICMBio, Funbio e MMA									
Preencher <i>TrackingTool</i> de efetividade de gestão	ICMBio	X		X		X		X		X
Preencher <i>Tracking Tool</i> de sustentabilidade financeira;	ICMBio				X					X
Revisar e consolidar <i>TrackingTool</i> e elaborar Relatório de Progresso	Funbio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Revisar e aprovar Relatório de Progresso	MMA	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilizar ferramenta de modelagem de custos de UC	MMA									
Aplicar modelagem de custos para UCs do Projeto	ICMBio	X								
Revisar o planejamento das atividades	ICMBio, Funbio e MMA			X			X			
Desenvolver atividades relacionadas à sustentabilidade financeira	ICMBio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto	Funbio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificar fornecedores e prestadores de serviços	Funbio	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 2. Produtos, indicadores e metas do Projeto GEF-Terrestre que serão alcançados pelo conjunto dos órgãos gestores de Unidades de Conservação (UCs).

Produtos / indicadores	Unidade de medida	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Meta final
Propostas de criação que avançaram no processo de criação ¹ .	Número de propostas que avançaram	1	2	3	3	1	10
Unidades de Conservação criadas ou ampliadas	Hectares de novas UCs em 5 anos						1.000.000
Propostas de criação ou planos de manejo que incorporam planos de sustentabilidade financeira para a UC ou estratégias de financiamento para conjunto de UCs	UCs contempladas por planos ou estratégia de sustentabilidade financeira		3	11	10		24
Plano de manejo elaborado ou revisado	UCs com planos de manejo elaborados ou revisados		3	6	10		19
Monitoramento da biodiversidade em UCs	Número de UCs com coleta de dados de monitoramento da biodiversidade			5	3	3	11
Implementação do manejo do fogo em UCs	Número de UCs com manejo do fogo				1	2	3
Elaboração de protocolos de manejo do fogo por bioma	Número de protocolos		1	1	1		3
Propriedades do entorno de UCs adotando protocolos ou boas práticas de manejo do fogo	Hectares			2,000	5,000	13,000	20,000
Projetos demonstrativos baseados em	Número de projetos			1	1	1	3

¹ O avanço será mensurado pelas etapas de criação: Sem processo formal, preliminar, preparatória, analítica, consultiva e conclusiva.

Produtos / indicadores	Unidade de medida	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Meta final
serviços ecossistêmicos em implementação em áreas produtivas	demonstrativos						
Área degradada em processo de recuperação	Hectares				2,500	2,500	5,000
Avaliação anual da efetividade das UCs para alcançar objetivos de conservação	Índice de efetividade do SAMGe ao final do projeto	x	x	x	x	x	20
Avaliação da efetividade das UCs para alcançar meta nacional de conservação de espécies ameaçadas	Relatório baseado no monitoramento da biodiversidade					1	1
PANs elaborados e em implementação nos territórios selecionados da Caatinga, Pampa e Pantanal	Número de PANs territoriais elaborados e em implementação			5	6		11
Avaliação do risco de extinção de espécies ameaçadas	Lista de espécies ameaçadas				1		1
Promover a participação de comunidades locais nas ações de conservação	Número de oficinas/eventos com comunidades locais	3	5	5	5	4	22

<p>ADALBERTO EBERHARD Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</p> <p>Data ____/____/____</p>	<p>REGIS PINTO DE LIMA Secretaria de Biodiversidade – SBio/MMA</p> <p>Data ____/____/____</p>	<p>ROSA MARIA LEMOS DE SÁ Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO</p> <p>Data ____/____/____</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Nº 267 - EXONERAR

ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, código DAS 101.5.

ONYX DORNELLES LORENZONI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 268 - EXONERAR

GILMAR SOUZA DOS SANTOS do cargo de Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades, código DAS 101.6, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 269 - EXONERAR

GUSTAVO ROCHA SANTOS do cargo de Assessor Especial do Ministério das Cidades, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 270 - NOMEAR

JONATHAS ASSUNÇÃO SALVADOR NERY DE CASTRO, para exercer o cargo de Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, código DAS 101.6, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Nº 271 - EXONERAR

ADAILTON FERREIRA TRINDADE do cargo de Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, código DAS 101.6, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 272 - NOMEAR

JAQUELINE BARBOSA DUTRA, para exercer o cargo de Assessora Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5.

Nº 273 - EXONERAR

LADJANE PEREIRA DE MELLO do cargo de Assessora Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 274 - NOMEAR

ADRIANA MELO ALVES, para exercer o cargo de Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.6.

Nº 275 - EXONERAR

MARLON CARVALHO CAMBRAIA do cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.6, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 276 - NOMEAR

FABRICIO MOURA MOREIRA, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Gestão Interna da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.5.

Nº 277 - EXONERAR

DINA ELARRAT DE ARAÚJO GAMA do cargo de Diretora do Departamento de Gestão Interna da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional, código DAS 101.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 278 - EXONERAR

DANILO FERREIRA GOMES do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Cidades, código DAS 101.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 279 - EXONERAR

IVAN LUIS LOPES GONÇALVES do cargo de Assessor Especial do Ministério das Cidades, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Nº 280 - NOMEAR

MARCO ANTONIO LOPES PORTO, para exercer o cargo de Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5.

Nº 281 - EXONERAR

FELLIPE RAMON DE LIMA do cargo de Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional, código DAS 102.5, a partir de 1º de janeiro de 2019.

ONYX DORNELLES LORENZONI

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 282 - NOMEAR

ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD, para exercer o cargo de Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.6.

Nº 283 - EXONERAR

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO do cargo de Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.6.

Nº 284 - EXONERAR

HEITOR MATALLO JÚNIOR do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 101.5.

Nº 285 - EXONERAR

BELARMINO BORGNETH NETO do cargo de Assessor Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 286 - EXONERAR

ELIANA BARRETO DE LUCENA do cargo de Assessora Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 287 - EXONERAR

IDERALDO DE SOUZA do cargo de Assessor Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 288 - EXONERAR

TERESA CRISTINA MORAES DA SILVA do cargo de Assessora Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 289 - EXONERAR

MARILIA MARRECO CERQUEIRA do cargo de Assessora Especial do Ministro de Estado do Meio Ambiente, código DAS 102.5.

Nº 290 - EXONERAR

RAIMUNDO NONATO CASTELO CORDEIRO FILHO do cargo de Diretor do Departamento de Gestão Ambiental Territorial da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, código DAS 101.5.

Nº 291 - EXONERAR

SILVANA CANUTO MEDEIROS do cargo de Diretora de Planejamento, Administração e Logística do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.5.

Nº 292 - EXONERAR

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA do cargo de Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.5.

Nº 293 - EXONERAR

CLAUDIO CARRERA MARETTI do cargo de Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, código DAS 101.5.

ONYX DORNELLES LORENZONI

MINISTÉRIO DO TURISMO

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 294 - NOMEAR

LUANA MARA NUNES BOLDORI, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Turismo, código DAS 101.5.

Nº 295 - EXONERAR

MAURICIO ALMEIDA DO NASCIMENTO do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Turismo, código DAS 101.5.

ONYX DORNELLES LORENZONI

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 26, DE 7 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 2.207, de 22 de novembro de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, alterada pela Portaria nº 2.238, de 5 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

DISPENSAR, a pedido,

MARCELO DA SILVA VIEIRA da função de Supervisor, código GRAV, da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República, a partir de 17 de janeiro de 2019.

ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELOS WEINTRAUB-

PORTARIA Nº 36, DE 8 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 2.207, de 22 de novembro de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

EXONERAR

VALQUIRIA FIGUEIREDO RAMOS do cargo de Assistente, código DAS 102.2, do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELOS WEINTRAUB

GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIAS DE 8 DE JANEIRO DE 2019

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º da Portaria nº 1.006, de 30 de agosto de 2018, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Nº 41 - DISPENSAR

IONA DE CARVALHO VIEIRA da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Diretoria de Relações Institucionais do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 8 de janeiro de 2019.

Nº 42 - DISPENSAR

RICARDO SOARES DA SILVA da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Assessoria de Comunicação do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 8 de janeiro de 2019.

Nº 43 - DISPENSAR

ANA PAULA MACHADO BORGES SANTOS da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Diretoria de Relações Institucionais do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 1º de janeiro de 2019.

Nº 44 - DISPENSAR

JOANNA GRANJA SANT'ANNA da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.4, Assessor, da Assessoria Especial de Controle Interno do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil da Presidência da República, a contar de 1º de janeiro de 2019.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 1149141290	NOME ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD	
	CPF 2029579923 SSP RS	
	CPF 173.309.980-87	DATA NASCIMENTO 26/09/1950
	FILIAÇÃO MAX EBERHARD HILDA LERSCH EBERHARD	
	PERMISSÃO B 2008/2015	ACC. H 2008/2015
	CAT. FAM. 23	
	Nº REGISTRO 00065487716	VALIDADE 27/08/2020
	1ª HABILITAÇÃO 11/01/1977	
	OBSERVAÇÕES	
	SIGNATURA DO PORTADOR	
PROIBIDO PLASTIFICAR 1149141290	LOCAL BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF	DATA EMISSÃO 04/09/2015
	Janyne <i>[Assinatura]</i> de Souza Diretor Geral DETRAN-DF	
	36042150850 DF742669490	
	DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.829.974/0001-94		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/04/2007
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO CHICO MENDES				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 110-4 - Autarquia Federal				
LOGRADOURO EQ COMPLEXO ADMINISTRATIVO SUDOESTE 103/104		NÚMERO 01	COMPLEMENTO BLOCO C SUBSL TORRE 4	
CEP 70.670-350	BAIRRO/DISTRITO SUDOESTE	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONCEICAO.MATOS@ICMBIO.GOV.BR		TELEFONE (61) 2028-9518 / (61) 2028-9246		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/04/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **14/03/2019** às **16:14:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1